

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

C749a Congresso Nacional de Arquivologia (4. : 2010 : Vitória, ES).
Anais do IV Congresso Nacional de Arquivologia, 19 a 22 de
outubro de 2010. - Vitória, ES : [AARQES], 2010.
1 CD-ROM

Tema: A Gestão de Documentos Arquivísticos e o Impacto das
Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.
ISBN: 978-85-63771-00-1

1. Arquivologia - Congressos. 2. Documentos arquivísticos -
Congressos. 3. Tecnologia da informação. I. Título. II. A Gestão de
Documentos Arquivísticos e o Impacto das Novas Tecnologias de
Informação e Comunicação.

CDU: 930.25

Realização



Patrocínio



Apoio



Parceiros



Agência Oficial



Organização



IV CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA
“A GESTÃO DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS E O IMPACTO DAS NOVAS
TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO”
19 A 22 DE OUTUBRO DE 2010 - VITÓRIA-ES

Painel Mercado de Trabalho

VISIBILIDADE DO ARQUIVISTA NO MUNDO DO TRABALHO¹

Kátia Isabelli Melo de Souza*
Universidade de Brasília
isabelli@unb.br

Resumo

Com o objetivo de analisar o panorama laboral dos arquivistas no Brasil foi realizada uma pesquisa com os arquivistas com formação formal. Foram consideradas as seguintes variáveis: o perfil, as funções desenvolvidas, a formação, as formas de ingresso, as instituições contratantes, os múltiplos segmentos do mercado em que o arquivista está incluído, e a vinculação aos coletivos profissionais, dentre outras. Os resultados apontam novos desafios para os arquivistas considerando a abertura de novos espaços de trabalho.

Palavras-chave: arquivista – mercado de trabalho – formação formal - associacionismo

Introdução

A ampliação do mercado de trabalho para arquivista iniciou um processo ascendente a partir do final dos anos 90, sobretudo oriunda das oportunidades lançadas pelos editais de concursos públicos. (SOUZA, 2004). No entanto desconheciam-se algumas peculiaridades do próprio exercício profissional e da investidura do arquivista nas instituições públicas e privadas. Para identificar o nível de aceitabilidade e visibilidade dos arquivistas no mundo do trabalho realizou-se uma pesquisa onde foram consideradas algumas variáveis para que o profissional reflexione sobre seu espaço de trabalho, sua relação com a formação e o associacionismo, além de suas perspectivas.

Para o conhecimento desse universo investigou-se os dados dos profissionais graduados dos cursos de Arquivologia promovidos no Brasil, até o ano de 2008. Os dados obtidos até hoje são parciais. Uma primeira amostra foi apresentada pelo Prof. José M^a Jardim em 1992. Em seu compute assinalava que o Brasil tinha 1.018 arquivistas graduados dos três primeiros cursos de Arquivologia, distribuídos assim: 551 procedentes da Universidade do Rio de Janeiro, Uni-Rio, 245 da Universidade Federal de Santa Maria, UFSM, e 222 da Universidade Federal Fluminense, UFF. (JARDIM, 1992). Tempos depois, ao longo de um período de 20

¹ Síntese da tese *Análisis y evolución del mercado laboral del archivero en Brasil: el Poder Legislativo Federal en escena*, defendida em julho de 2010, no *Doctorado Archivos y bibliotecas en el entorno digital*, da *Universidad Carlos III de Madrid*.

* Professora do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília.

anos, a quantidade de arquivistas foi crescendo e alcançou uma projeção em torno de 3.000. (JARDIM, 2002). Recentemente, o Prof. André Lopez elaborou um estudo prospectivo dos graduados dos cursos no qual o total dos arquivistas no Brasil somava 6.138 profissionais até 2007. (LOPEZ, 2008).

Com o objetivo de encontrar novos indicadores dos arquivistas no Brasil e assim apresentar com maior precisão o computo geral realizamos uma análise das estatísticas publicadas pelo Ministério da Educação, nas quais se registram anualmente os cursos de graduação ministrados nas universidades públicas. Os dados refletem semestralmente as matrículas e o número de licenciados, os cursos que apresentavam o maior índice de candidato/vaga e o surgimento de novos cursos. Apesar destas contribuições há uma grande lacuna nos anos 80 e parte dos 90 devido à ausência de dados oficiais do dito período, no qual se contava com um número reduzido de cursos de Arquivologia². Os resultados dos dados oficiais³ pesquisados indicam que no Brasil existia, até 2008, o total de 3.644 arquivistas com formação formal.

1. Legalidade do exercício profissional dos arquivistas

No Brasil o exercício laboral legal é atribuído aos profissionais que contam com formação superior, além do registro nos conselhos da categoria. Desde 1978 os arquivistas têm a profissão reconhecida e regulamentada pela Lei nº 6.546, de 4 de julho. A criação do Conselho Profissional dos arquivistas foi proposta no Projeto da lei de regulamentação da profissão, mas o projeto foi aprovado sem que se houvesse constituído o órgão. (ESPOSEL, 2008). Por iniciativa das associações profissionais existentes, os arquivistas apresentaram propostas para criação do *Conselho Federal de Arquivologia* três vezes, sendo em 1996, 2000 e 2004⁴. O referido conselho tem como função atuar para fiscalizar o exercício profissional e defender a categoria, entre outras ações. A ausência de um conselho profissional permite que os arquivistas efetuem seu registro como profissionais no Ministério do Trabalho e Emprego, de acordo com o Decreto nº 93.480 de 29 de outubro de 1986⁵, onde se estabelece:

² Acerca do quantitativo dos três primeiros cursos de Arquivologia, Uni-Rio, UFSM e UFF, obtivemos somente a totalização dos graduados da Uni-Rio, 1307 (de 1977 até 2008) e a distribuição de acordo com os semestres, da UFF.

³ Dados obtidos no Ministério da Educação e junto à Coordenação dos cursos de *Arquivologia* da Uni-Rio e da UFF.

⁴ As associações participantes das propostas de criação do Conselho Federal foram: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Associação Brasileira de Arquivologia, Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul.

⁵ O Decreto possui a ementa: “Exige registro profissional para reclassificação e ingresso nas categorias funcionais do Grupo-Arquivo do Serviço Civil do Poder Executivo”.

Art. 1º - Para os efeitos de reclassificação e de ingresso nas categorias funcionais de Arquivista e de Técnico de Arquivo do Grupo-Arquivo do Serviço Civil do Poder Executivo, será exigido o registro profissional previsto no artigo 4º da Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978.

O índice comparativo dos graduados e daqueles arquivistas com registro profissional revela uma diferença significativa⁶. Inicialmente se concedeu o registro aos profissionais que obtiveram a denominação de arquivista em cumprimento da lei de reconhecimento da profissão, entretanto somente uma parte dos arquivistas com formação efetuou o registro profissional.

O membro da federação com maior indicativo de registros profissionais é o estado do Rio de Janeiro, no qual estão dois dos três cursos mais antigos, além de congregar as instituições federais, estaduais e municipais durante o período no qual foi a capital do país. Assim mesmo, foram identificados estados que não oferecem o curso, mas que realizaram o registro dos arquivistas com formação ou dos arquivistas *provisionados*⁷. A totalização dos arquivistas com registro no Ministério do Trabalho é de 1.377 profissionais, até o ano de 2008.

2. Reflexos do Brasil: os arquivistas no mundo do trabalho

Ainda que até hoje somente quinze universidades públicas brasileiras ofereçam o curso de Arquivologia, para conhecer o universo dos arquivistas e identificar o nível de visibilidade do trabalho desenvolvido, foi realizado o mapeamento dos arquivistas que trabalham no Brasil.

Para analisar o universo dos arquivistas brasileiros optou-se pela identificação por meio dos contatos pessoais e das listas de discussões comuns à arquivística. Outra possibilidade foi investigar o site de relacionamento *Orkut* (www.orkut.com)⁸ e suas comunidades⁹ profissionais. As comunidades de Arquivologia existentes congregam alunos, graduados em Arquivologia, professores, profissionais de áreas afins e outros, permitindo uma intermediação entre os profissionais.

⁶ Com a ausência do Conselho Profissional, o arquivista deixa de ter a obrigatoriedade de efetuar seu registro profissional.

⁷ O profissional que exerceu atividades nos arquivos por 5 anos ininterruptos ou 10 anos intercalados no ato da promulgação da Lei nº 6.546, de 1978, foi definido como arquivista provisionado.

⁸ Para ingressar no site se requer um convite de um membro. Uma vez aceito, a pessoa cria seu perfil onde insere as informações pessoais como nome, data de nascimento, idade, cidade onde vive, país e outras selecionadas num registro prévio. Além dos dados pessoais, é possível incluir amigos e comunidades. O site foi consultado no período de julho de 2006 até julho de 2008.

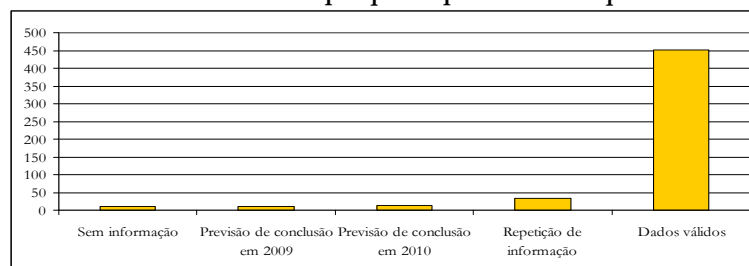
⁹ As comunidades podem criar-se por temáticas de interesse, profissionais ou outras, com a condição de ter perfil no site.

Como complemento, além de realizar buscas nos diversos sites da *Web*, uma grande parte das direções eletrônicas foi obtida por meio dos arquivistas que mantêm contatos com os companheiros de carreira. A pesquisa esteve disponível para os arquivistas de novembro de 2008 até abril de 2009 na página do questionário, <http://www.cid.unb.br/arquivista/index.asp>. O recolhimento dos dados da investigação aplicada aos licenciados dos cursos de Arquivologia foi totalmente virtual.

2.1 Aplicação do questionário

Para obter os dados dos arquivistas que atuam em todo o Brasil foi enviado o link do questionário às direções eletrônicas informadas obtendo-se 522 respostas, das quais 10 questionários não tinham informação, 14 deles continham informação de alunos cuja previsão de conclusão do curso era em 2009 e 13 cuja previsão era 2010. Além disso, 33 apresentavam duplicidade de nomes. Contando os primeiros graduados que responderam, de 1978, até os graduados do segundo semestre de 2008, totalizou 452 (quatrocentos e cinquenta e dois) profissionais, o que supõe 32,8%, dos 1.377 arquivistas registrados no Ministério do Trabalho¹⁰.

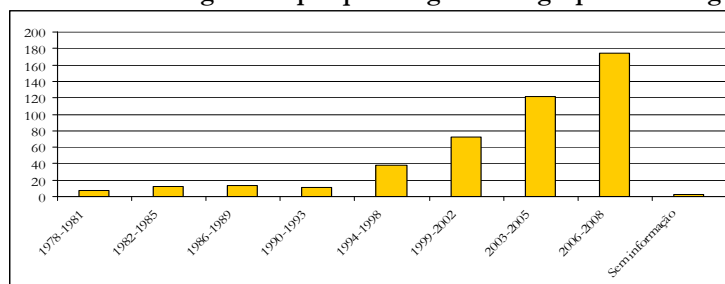
Gráfico 1 – Análise da pesquisa aplicada aos arquivistas



Fonte: Elaboração própria

Os dados foram agrupados em oito grupos cronológicos: 1978-1981, 1982-1985, 1986-1989, 1990-1993, 1994-1998, 1999-2002, 2003-2005 e 2006-2008, que resultou no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Análise geral da pesquisa segundo os grupos cronológicos



¹⁰ Segundo vários especialistas, o porcentual de respostas deve apresentar índices entre 25 e 60%. Ver CABRERA, Alberto F. y otros. Encuestas a egresados: tres fundamentos conceptuales en el seguimiento de egresados universitarios. p. 55-80. In: VIDAL GARCÍA, Javier (Coord). **Métodos de análisis de la inserción laboral de los universitarios**. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales. 2003.

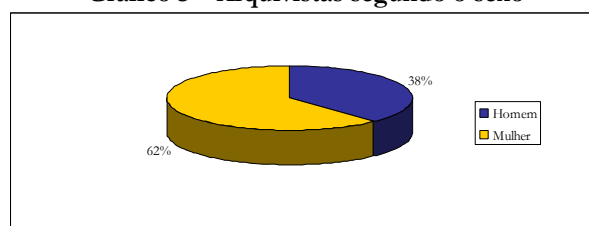
Fonte: Elaboração própria

A maioria dos questionários respondidos teve como procedência os profissionais com formação posterior ao ano de 1999. O maior índice de respostas, 174, que representa 38% do total, procedeu do grupo 2006-2008. Por outro lado, o menor índice apresentado, com sete respostas, pertence ao grupo dos arquivistas mais antigos, graduados de 1978 até 1981. Três profissionais não registraram o ano de licenciatura.

2.2 Os arquivistas segundo o sexo

Em todo o Brasil identificaram-se, com maior frequência, profissionais do sexo feminino, com uma porcentagem de 62%. Os do sexo masculino completam o total com 38% restante.

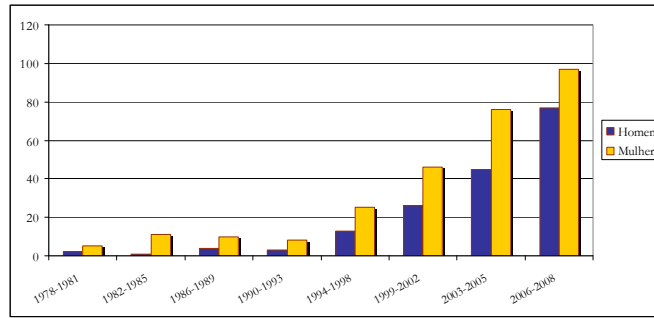
Gráfico 3 – Arquivistas segundo o sexo



Fonte: Elaboração própria

No que se refere ao sexo dos graduados em outra análise se constatou, além do mencionado predomínio geral das mulheres, que estas também eram maioria em cada um dos grupos constituídos, ainda que três profissionais deixaram de informar o sexo. Obedecendo à ordem de maior a menor representação temos no primeiro grupo, 2006-2008, a porcentagem de mulheres com 34% do total (97 mulheres e 77 homens). No segundo grupo a porcentagem era de 27% (76 mulheres y 45 homens). No terceiro grupo a porcentagem era mais reduzida, com 17% (46 mulheres e 26 homens). No grupo de 1994-1998 as mulheres representaram 9% do total. Com uma porcentagem de 3% das mulheres, o grupo 1990-1993 registrou oito mulheres e três homens. Os grupos 1986-1989 e 1982-1985 apresentaram igual porcentagem de mulheres, com 4%. Por último, os graduados com formação mais antiga constituíram o grupo 1978-1982 com 2% do total de mulheres. Além disso, verificou-se que o incremento da participação das mulheres no curso ocorreu posterior ao ano de 1999, representado no seguinte gráfico.

Gráfico 4 – Os arquivistas segundo o ano de formação e sexo

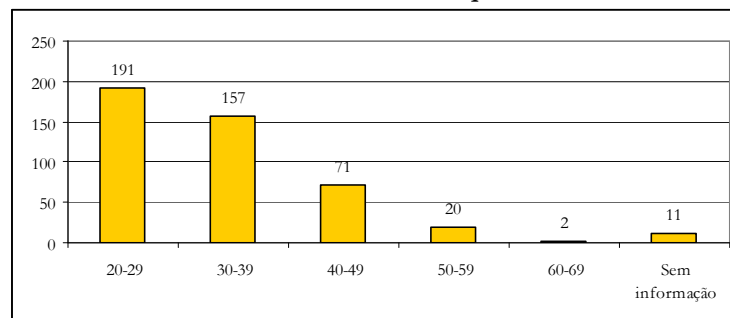


Fonte: Elaboração própria

2.3 Idade dos arquivistas

A idade dos arquivistas apresentou algumas variações. Para uma melhor representação, agrupou-se os arquivistas em grandes faixas: de 20 a 29 anos, de 30 a 39 anos, de 40 a 49 anos, de 50 a 59 anos e de 60 a 69 anos. Identificamos que a maior concentração deu-se nos profissionais mais jovens, pertencentes à faixa de 20 a 29 anos. Dois arquivistas pertenciam à faixa 60-69 anos e onze deixaram de informar a idade.

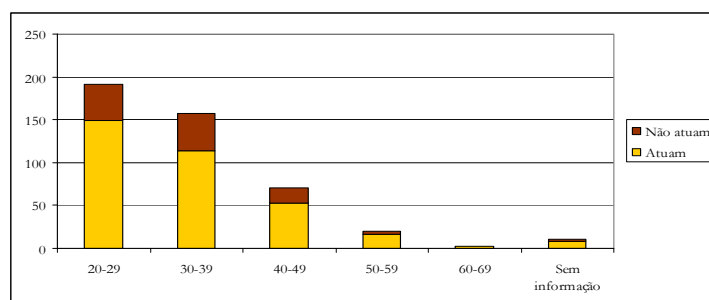
Gráfico 5 – Idade dos arquivistas



Fonte: Elaboração própria

A margem dos que exercem a profissão e dos que não o fazem, oferece poucas divergências. Os maiores índices com relação aos que trabalham pertencem à faixa de 20-29 anos, com 149 profissionais. Dos que não exercem, 43 informaram pertencer à faixa de 30-39 anos. Na faixa de 40-49 anos estão incorporados 53 graduados que exercem e 18 que não. Na faixa de 50-59 anos encontramos somente três graduados que não trabalham frente a 17 que atuam. Na faixa de 60-69 anos havia dois arquivistas que exercem. Além disso, 11 graduados deixaram de informar a idade: oito dos que trabalham e três dos que não atuam.

Gráfico 6 – Idade segundo a atuação no mercado

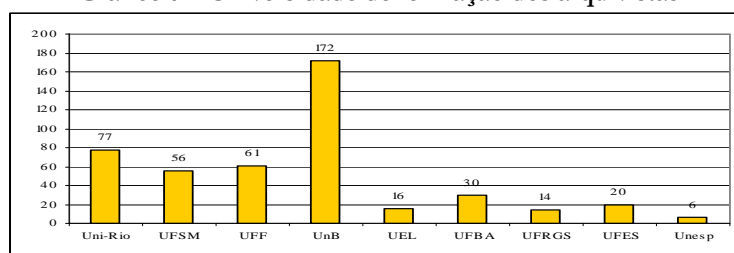


Fonte: Elaboração própria

2.4 Os espaços de formação

No Brasil o curso de Arquivologia é ministrado em 15 universidades: Uni-Rio, UFSM, UFF, Universidade de Brasília (UnB), Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Federal da Bahia (UFBA) (diurno e noturno), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Seis dos cursos foram criados recentemente e ainda carecem de licenciados. O maior índice de resposta, 172, obteve-se na UnB. À continuação, seguindo uma ordem decrescente, temos os dois cursos do Rio de Janeiro, Uni-Rio, com 77, e UFF com 61. Na UFSM recebemos resposta de 56 arquivistas, 30 da UFBA, seguida da UFES, com 20, a UEL com 16, a UFRGS com 14 e, finalmente, a Unesp com seis.

Gráfico 7 – Universidade de formação dos arquivistas

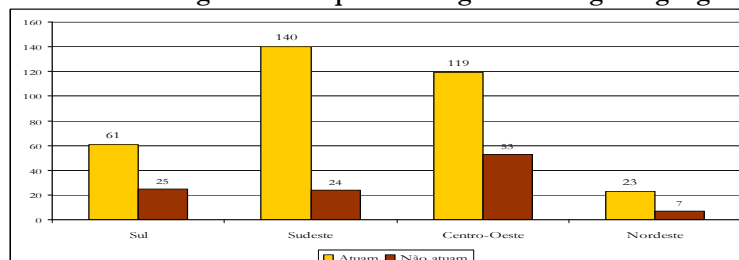


Fonte: Elaboração própria

Na análise comparativa, encontramos em todas as regiões uma maior quantidade de arquivistas que trabalham. As universidades da região sudeste (Uni-Rio, UFF, UFES e Unesp) apontaram um total de 164 arquivistas, que em sua grande maioria exercem a profissão (140, frente à 24 que não trabalham). Por sua parte, no centro-oeste, unicamente representado pela UnB, obteve-se o maior número de respostas de arquivistas (172), com um índice elevado dos que não exercem, 53 profissionais em comparação com 119 que atuam. Pertencem à região Sul as universidades UFSM, UFRGS e UEL, com 86 arquivistas distribuídos entre 61 efetivos

e 25 não atuantes. Da UFBA, representante da região nordeste, computou-se 23 profissionais que trabalham e sete que não. Na região Norte, representada pela UFAM, todavia não houve graduação de arquivistas.

Gráfico 8 – Análise geral dos arquivistas segundo as regiões geográficas

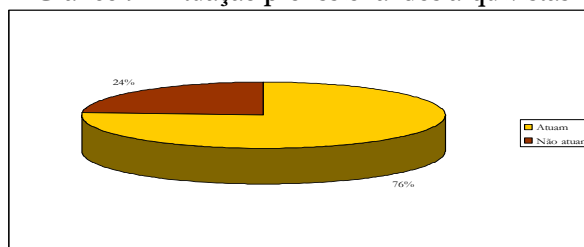


Fonte: Elaboração própria

2.5 Atuação profissional

Apesar de que a formação formal seja um fator comum a todos os arquivistas nem todos estão inseridos no mercado de trabalho, ou seja, não exercem atividades arquivísticas. Uma pequena parte deles, com formação, está ausente do mercado laboral. Do total de 452 arquivistas, 109 não exercem arquivística, enquanto que 343 estão distribuídos por seus diversos setores. Com relação à atuação profissional, o índice dos profissionais incorporados ao mercado laboral é bastante satisfatório, com um índice de 76%, ou seja, 343 arquivistas, de acordo com o seguinte gráfico.

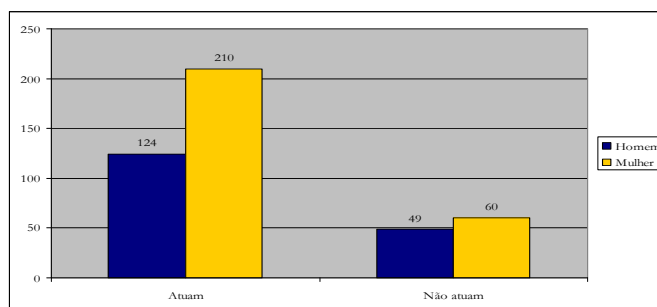
Gráfico 9 – Atuação profissional dos arquivistas



Fonte: Elaboração própria

Dos arquivistas incorporados ao mercado laboral, 210 são mulheres, 64%, e 124 são homens, 36%. E dos que não trabalham na área, como se observa no gráfico, há 60 mulheres, 55%, e 49 homens, 45%.

Gráfico 10 – Atuação profissional dos arquivistas segundo o sexo

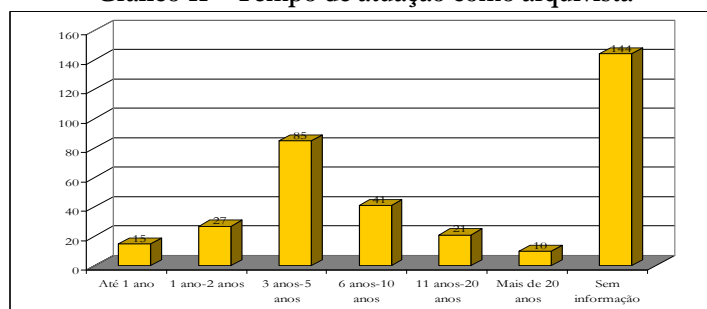


Fonte: Elaboração própria

2.5.1 Tempo de atuação profissional

Para analisar o tempo de atuação utilizamos seis faixas: menos de 1 ano, de 1 a 2 anos, de 3 a 5 anos, de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos e mais de 20 anos de exercício. Constatamos que 144 dos arquivistas que trabalham no mercado laboral não indicaram esta variável. O número mais representativo pertence à faixa de 3 a 5 anos, no qual contabilizou-se 85 arquivistas. A representação mais baixa pertence aos arquivistas que contam com mais de 20 anos de exercício laboral, com 10 respostas.

Gráfico 11 – Tempo de atuação como arquivista



Fonte: Elaboração própria

2.5.2 Empregadores e a identificação dos espaços de trabalho

No Brasil, a *Classificação Brasileira de Ocupação* (CBO) do Ministério do Trabalho e Emprego assinala como espaços de trabalho para os Arquivistas e Museólogos:

... museus públicos ou particulares, arquivos oficiais dos estados, cidades ou universidades, centros de documentação vinculados a empresas ou instituições públicas ou privadas, no ensino, etc. Desenvolvem suas atividades em equipes com supervisão ocasional, como empregados registrados ou como autônomos. Em algumas atividades, alguns dos profissionais podem estar sujeitos aos efeitos da exposição a materiais tóxicos e a microorganismos¹¹.

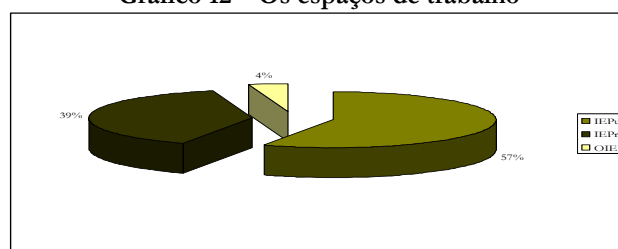
Das quinze instituições formadoras de arquivistas existentes no Brasil, uma grande parte apresenta uma lista similar de espaços de trabalho para arquivistas¹². Além disso são unânimes

¹¹ A *Classificação Brasileira de Ocupações*, CBO, do *Ministério do Trabalho e Emprego*, é o documento normalizador de reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. Ver *Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações*. <http://www.mtecbo.gov.br/busca/condicoes.asp?codigo=2613>

em considerar que a profissão é nova e, conseqüentemente, conta com um mercado laboral em expansão.

Considerando a possibilidade de que o arquivista atue em mais de uma frente, os espaços de trabalho foram registrados 386 vezes. De acordo com a natureza jurídica das instituições, o Estado se destaca como o maior empregador, dado que 54% dos arquivistas exercem atividades em instituições públicas enquanto que 37% estão vinculados às instituições privadas e 9% em outros, sobretudo em ONGs.

Gráfico 12 – Os espaços de trabalho



Legenda: IEPu – Instituições Empregadoras Públicas; IEPr – Instituições Empregadoras Privadas; OIE – Outras Instituições Empregadoras.

Fonte: Elaboração própria

Entre os que trabalham em mais de um espaço de trabalho identificamos 28 arquivistas que trabalham em instituições públicas e privadas, 11 que exercem em instituições públicas e também em outra instituição, oito que trabalham em uma instituição privada e em outros, e quatro que estão nas três frentes de trabalho, as instituições públicas e privadas, e em outros.

Para a classificação das atividades das instituições privadas, públicas e outras adotamos o cadastro de empresas¹³ do *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*, IBGE, conforme apresentado na seguinte tabela.

Tabela 1 – Classificação das atividades dos espaços de trabalho

Classificação das atividades	Privada	Pública	Outra
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	3	-	-
Indústrias extrativas	3	8	-
Indústrias de transformação	4	-	-
Eletricidade e gás	1	7	-
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	-	3	-
Construção ¹⁴	12	-	-
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	2	-	-
Transporte, armazenagem e correio	5	2	-
Informação e comunicação	28 ¹⁵	4	1

¹² Ver as páginas web dos cursos de *Arquivologia*.

¹³ BRASIL. IBGE. **Estatística do Cadastro Central de Empresas 2007**.

¹⁴ As empresas de engenharia, sobretudo.

Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	6	2	-
Atividades profissionais ¹⁶ , científicas e técnicas	21	16	2
Atividades administrativas e serviços complementares ¹⁷	24	-	-
Administração pública, defesa e seguridade social	2	102	-
Educação ¹⁸	9	34	1
Saúde humana e serviços sociais ¹⁹	4	11	-
Artes, cultura, esporte e recreação	7	23	1
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	1	-	1

Fonte: IBGE. Estatística do Cadastro Central de Empresas 2007.

Nas instituições privadas, a maior incidência apresenta-se nas atividades de informação e comunicação, em particular graças às empresas de consultoria em arquivos e/ou bibliotecas. Às posições seguintes inserem-se os índices das atividades administrativas e serviços complementários, junto com as atividades profissionais, científicas e técnicas. É notório que nas primeiras posições aparecem, sobretudo, empresas de consultoria, enquanto que as atividades de construção e de educação surgem em seguida. Além disso, como instituição privada, os profissionais assinalaram o trabalho autônomo 12 vezes e três indicaram que atuam em ONGs.

As instituições públicas estão representadas em sua maioria pela administração pública, defesa e seguridade social, com 102 casos, o que caracteriza uma atribuição pública aos arquivistas. Assim mesmo, o índice das atividades de educação alcançou 34 profissionais, seguido pelas atividades de artes, cultura e esporte. É notório o dado das atividades profissionais, registradas 16 vezes, com os escritórios de advogados em número expressivo.

Alguns arquivistas deixaram de informar a denominação da instituição o que impossibilitou a classificação das atividades. O total dos que deixaram de informar foi nove, pertencentes às instituições públicas, uma da instituição privada e três apresentadas como outra.

2.5.3 A forma de ingresso nas instituições

¹⁵ A indicação das empresas de informação, inclusive de arquivistas e bibliotecários, para prestação de serviço de consultoria.

¹⁶ Foram indicados, sobretudo, os escritórios de advogados.

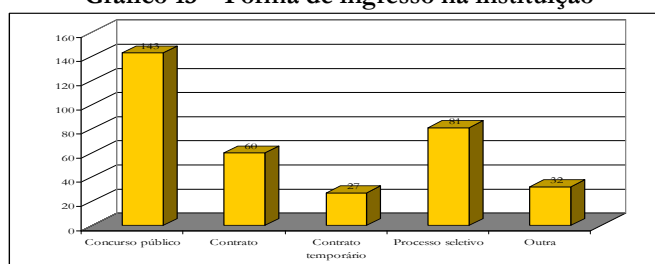
¹⁷ As empresas de consultoria, (especificamente de serviços) foram indicadas nessa classificação.

¹⁸ As universidades federais apresentaram uma porcentagem considerável.

¹⁹ A maior indicação foi dos hospitais.

O ingresso dos arquivistas no mundo do trabalho ocorre, com frequência, de quatro maneiras: edital de concurso público, contrato temporário, contrato por tempo indeterminado e processo seletivo. As instituições públicas revelam-se como o aglutinador majoritário dos arquivistas, que com 42% procedem dos editais públicos (143 respostas). Com uma porcentagem de 24% seguem os arquivistas que submeteram-se a um processo seletivo (81 respostas). Outras opções assinaladas pelos arquivistas foram os contratos por período indeterminado e os contratos temporais, com 60 e 27 respostas respectivamente. Nas outras modalidades de ingresso estavam incluídos 32 arquivistas, bem como autônomo, consultor, sócio, cargo comissionado e contrato de prestador de serviço. Além disso, alguns informaram que iniciaram atuando como estagiários e posteriormente conseguiram ser contratados como arquivistas.

Gráfico 13 – Forma de ingresso na instituição

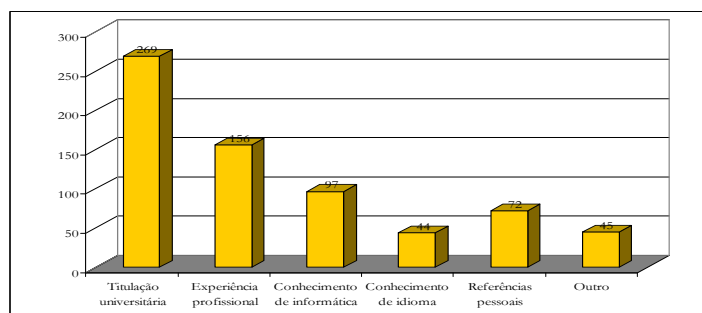


Fonte: Elaboração própria

2.5.4 Requisitos para o ingresso

A incorporação à prática profissional no mundo do trabalho dos arquivistas tem vários requisitos, dos quais se considera o principal a titulação. Tal requisito resulta do cumprimento da lei de reconhecimento da profissão, promulgada em 1978, em particular no capítulo 2º, dedicado aos arquivistas. Os profissionais apontaram mais de um requisito e assim 80% indicaram a titulação enquanto que 45% assinalaram a experiência profissional. A diferença das variáveis indica que os empregadores dão preferência à titulação do profissional arquivista frente à sua experiência profissional. O conhecimento de informática alcançou um índice de 30% das respostas. Com 23% aparecem as referências pessoais, seguido de 15% da exigência de conhecimento de idioma. Para terminar, as outras exigências somaram 17% das respostas, relativas ao registro profissional, à disponibilidade para viajar, o conhecimento da legislação ou do idioma português.

Gráfico 14 – Requisito para o ingresso na profissão



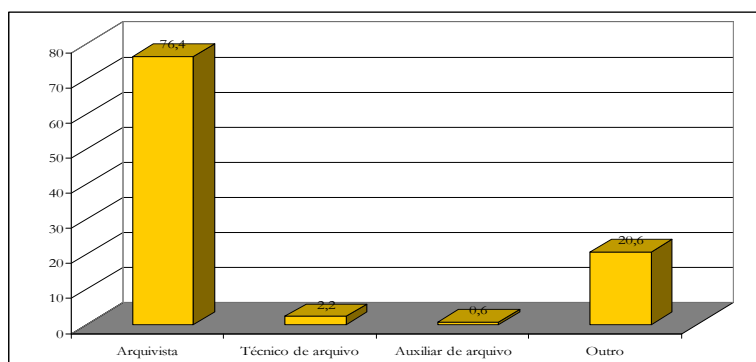
Fonte: Elaboração própria

As entrevistas, por amostragem, com os empregadores da iniciativa privada revelaram que o requisito fundamental para a contratação é a formação, além da experiência profissional.

2.6 Cargo ocupado

Arquivista é a denominação do cargo ocupado em 76,4% das instituições, o que demonstra um reconhecimento do exercício profissional. Não obstante, ainda que conte com formação formal, o arquivista ainda ocupa posições de técnico de arquivo em 2,2% das instituições, principalmente da iniciativa privada, enquanto que 0,6% dos entrevistados informou atuar como auxiliar de arquivo.

Gráfico 15 – Cargo ocupado



Fonte: Elaboração própria

O total de 20,8% dos entrevistados incluiu na opção *Outros* seus cargos, cujas denominações refletem-se na seguinte tabela, na qual constam sete arquivistas que ocupam o cargo de docente²⁰. Além disso, temos cinco arquivistas que exercem como coordenadores e seis que desenvolvem atividades de auxiliar administrativo, segundo indicado em ordem decrescente.

Tabela 2 – Demais cargos ocupados

Demais cargos ocupados	Total
Docente	7
Auxiliar administrativo	6

²⁰ Os arquivistas que ministram aulas esporádicas ou cursos de formação de equipes consideraram que estas atividades eram práxis arquivísticas e não uma atuação docente no sentido estrito.

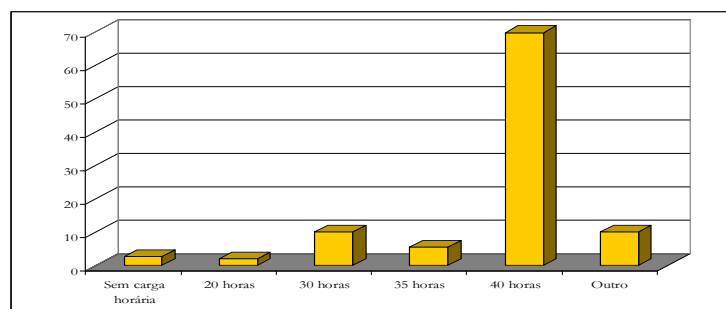
Coordenador	5
Assessor técnico; Assistente de arquivo/documentação	4
Gerente de área/projeto; Supervisor	3
Analista administrativo; Analista de C & T; Assistente administrativo; Diretor; Especialista; Técnico em documentação; Técnico judiciário	2
Analista de documentação e informação; Analista de gestão; Analista de TI; Analista financeiro Jr.; Analista legislativo; Assistente de gabinete; Assistente do centro de documentação; Consultor; Encarregado de arquivo; Chefe; Pró-Reitor de Planejamento; Técnico em administração pública; Tenente	1

Fonte: Elaboração própria

2.7 Carga horária trabalhada

Na pesquisa foram apresentadas cinco modalidades de carga horária semanal: sem horário estabelecido, 20, 30, 35 e 40 horas. Identificamos a maior concentração, 69,9%, nos que trabalham 40 horas semanais em todos os grupos. Com uma margem significativa de diferença seguem os que trabalham 30 horas, 10% dos casos. Os profissionais que exercem sem carga horária definida representam 2,6% dos casos. Assim mesmo, englobamos em *Outros* os dados de horários diferenciados de trabalho dos arquivistas, dado que apresentaram muitas variáveis e pouca representação.

Gráfico 16 – Carga horária trabalhada



Fonte: Elaboração própria

2.8 Identificando a práxis arquivística

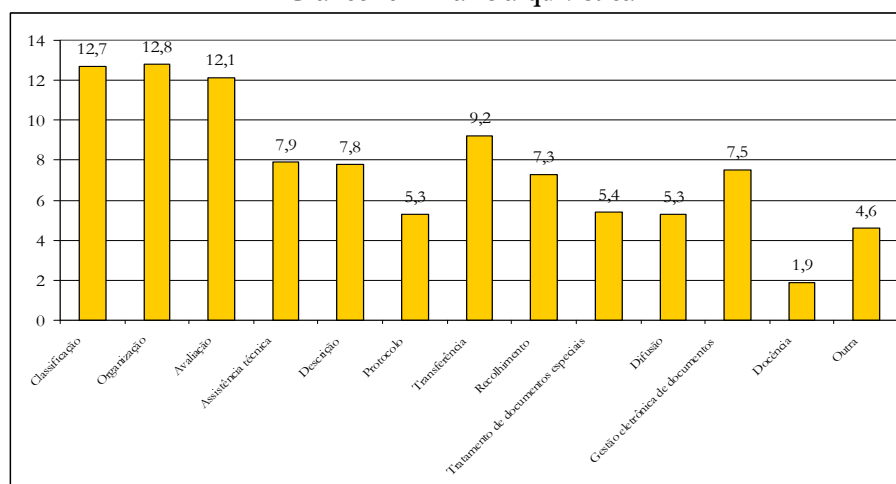
A práxis arquivística exercida pelo profissional está associada às atribuições definidas na legislação, que, comparadas com as propostas pelos teóricos da área, podem apresentar ampliação do campo de atuação. Segundo Angelika Menne-Haritz a atuação dos arquivistas

... se pode resumir na capacidade de fazer acessível uma informação especial a cada usuário, independentemente de sua forma e da maneira em que chegou a acumulá-la no arquivo. Os documentos medievais ou os expedientes modernos são expressões diferentes deste tipo de informação que no futuro poderia apresentar-se sob outras formas diferentes. Em sua análise final, a definição da atividade arquivística nos conduz à afirmação de David Bearman, (p. 59) de que a característica peculiar da profissão de arquivista é o manejo de um tipo especial de informação, independentemente da etapa de seu desenvolvimento ou do lugar onde se encontre. A metodologia dos arquivistas é única dentro da sociedade da

informação. Possuem a solução para muitos problemas do futuro, porque não existem outros especialistas desse tipo. (MENNE-HARITZ, 1992, p. 60)

Ainda que uma parte dos graduados cumpra atividades eminentemente técnicas, a maioria das vezes relativas à documentação acumulada nas instituições, constatamos que uma parte significativa desenvolve atividades docentes, de gestão de projetos e de direção de arquivos. As atividades mais desenvolvidas pelos arquivistas associam-se às atividades de gestão de documentos: classificação, arquivamento e seleção, com índices muito próximos de 12,7%, 12,8% e 12% respectivamente, além de uma margem muito próxima para as atividades de transferência de documentos, com 9,2% e de assistência técnica, com 7,9%. Estes dados indicam que o arquivista brasileiro atua com prioridade na gestão dos documentos. Por outro lado, 7,8% dos profissionais responsáveis pela descrição dos documentos assinalaram a representação da informação enfocada aos documentos permanentes.

Gráfico 17 – Praxis arquivística



Fonte: Elaboração própria

Além destas atividades, os entrevistados registraram em 18 casos o desenvolvimento de outras de menor frequência, inclusive de formação de equipe, por meio da ministração de aulas como instrutores²¹ e docentes²². A seguinte tabela apresenta as atividades agrupadas segundo a informação registrada pelos arquivistas.

Tabela 3 – Outras atividades desenvolvidas

Outras atividades	Total
Treinamento/Instrução de equipe	18
Gestão de acervos digitais; Digitalização de documentos; Elaboração de instrumentos de gestão de documentos; Elaboração de Normas e Manuais de procedimentos.	17
Gerência /Coordenação de atividades; Assessoramento técnico;	14

²¹ Com atuação em cursos ministrados nas instituições ou cursos preparatórios para concursos públicos.

²² Com atuação nos cursos de graduação em *Arquivologia*.

Serviços de consultoria	
Conservação preventiva de acervo	6
Atendimento ao usuário	5
Microfilmagem de documentos; Pesquisa histórica e institucional; Sistema de arquivo	2
Atualização de página na Web; Auditoria; Orientação de monografia; Política arquivística; Projeto na área de qualidade.	1

Fonte: Elaboração própria

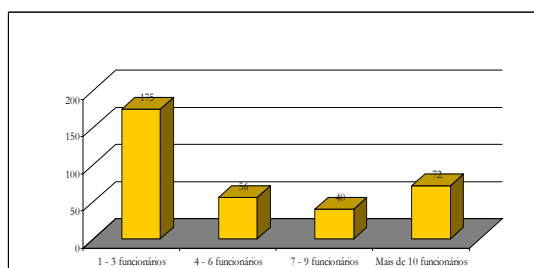
2.9 CAPITAL HUMANO

À parte dos arquivistas, considerou-se como capital humano os funcionários com outra formação, que formam parte da equipe dos arquivos, e os estagiários.

2.9.1 Funcionários e formação

Para analisar a quantidade dos funcionários recorreu-se a quatro indicadores. O primeiro para os arquivos com uma equipe de 1-3 funcionários, o segundo para os de 4-6, o terceiro para os de 7-9 e, o quarto, para os com mais de 10 funcionários. A entrevista revelou que os arquivos dispõem, como mínimo, de um arquivista na equipe, considerando que o grupo de 1-3 funcionários reúne a maior quantidade de pessoas, com 175 profissionais. A entrevista revelou que as instituições consideram que somente um arquivista é suficiente para cumprir com todas as etapas de gestão dos arquivos. Por outro lado, comprovou-se que 72 instituições estão trabalhando com 10 ou mais arquivistas no quadro, ou seja, 21% do universo investigado. As equipes compostas por 4 a 6 funcionários somam 56 respostas e as de 7 a 9 chegaram a 40.

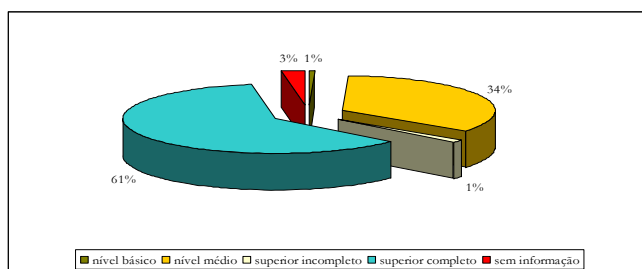
Gráfico 18 – Quantidade de funcionários



Fonte: Elaboração própria

Foram detectados quatro níveis de estudos: básico, médio, graduação incompleta e graduação completa, que alcançou 61% dos profissionais. À continuação seguem os de nível médio com 34% do total. O nível básico praticamente não supõe uma quantidade representativa, com somente 1%, o mesmo sucede com os profissionais com o nível superior incompleto. O restante dos entrevistados, 3%, deixou de informar o nível de estudos.

Gráfico 19 – Nível de estudo da equipe dos arquivos

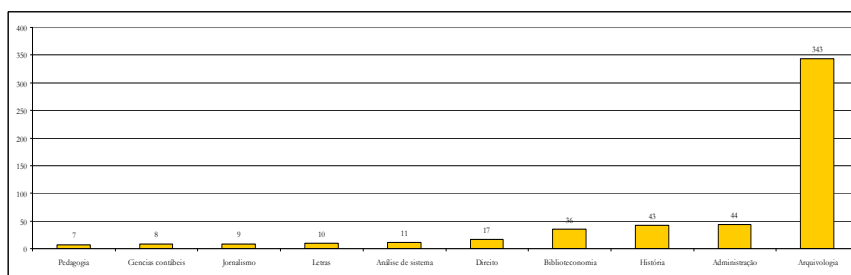


Fonte: Elaboração própria

2.9.1.1 Formação específica

A formação específica dos profissionais que trabalham nos arquivos é heterogênea ainda que identificou-se a presença de arquivistas em todos eles. Os profissionais mais frequentes, ou seja, com mais de 10 indicações, estão representados no gráfico com formação em Administração, Biblioteconomia e História, nessa ordem.

Gráfico 20 – Formação dos profissionais dos arquivos

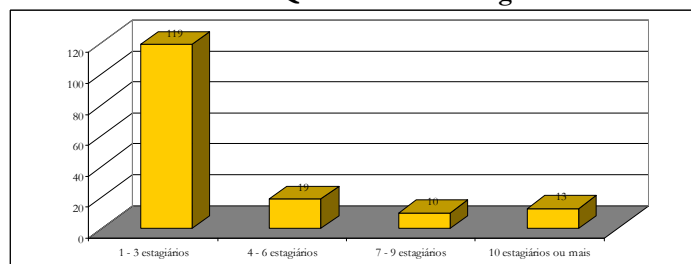


Fonte: Elaboração própria

2.9.2 Estagiários: quantidade e formação

A presença dos estagiários nos arquivos foi informada por 161 dos profissionais. Foram constituídos quatro grupos: de 1-3 estagiários, de 4-6, de 7-9 e com 10 estagiários ou mais. A quantidade dos estagiários reflete os índices dos profissionais, ou seja, na maior parte dos arquivos, em 119 deles, somente um estagiário integra a equipe. Em 19 arquivos a quantidade dos estagiários oscila de 4 a 6. Com a maior quantidade, 10 estagiários ou mais, identificou-se 13 arquivos. A faixa de 7-9 estagiários foi indicada por 10 dos arquivistas.

Gráfico 21 – Quantidade de estagiários

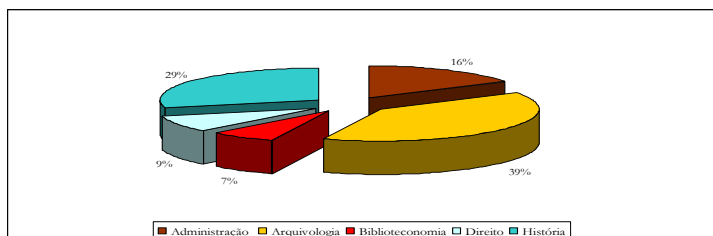


Fonte: Elaboração própria

2.9.2.1 Formação específica

Com relação à formação dos estagiários, o curso de Arquivologia resultou ser o de maior frequência com 39% das respostas. Também foram identificados estagiários de História, segundo informou 29% dos profissionais, e do curso de Administração, com 16% de casos. Os estudos de Direito e Biblioteconomia apresentaram pouca incidência, 9% e 7% respectivamente.

Gráfico 22 – Formação dos estagiários



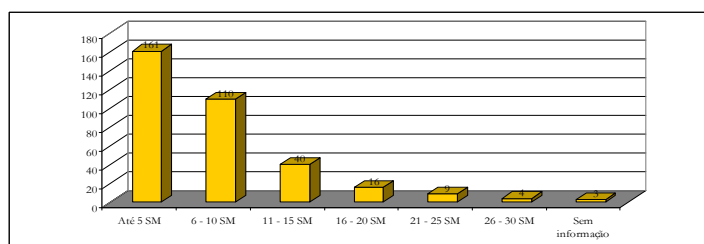
Fonte: Elaboração própria

Para terminar, identificamos 31 estagiários de nível médio e dois que deixaram de registrar a formação. Os outros cursos de formação dos estagiários refletiram a heterogeneidade da equipe, considerando que Pedagogia foi o curso indicado por estagiários que trabalham em três instituições.

2.10 Política salarial

No Brasil, o salário mínimo, SM, é um indicador atribuído pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aos trabalhadores para garantir os gastos de uma família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, segurança, previdência social, entre outros. (Art. 6º, inciso IV). O indicador é a referência salarial de diversas categorias profissionais. A categoria arquivística todavia não dispõe de um piso salarial definido nacionalmente. Acerca da remuneração dos arquivistas, a Associação Brasileira de Arquivologia, Abarq, foi a primeira que propor uma indicação para os profissionais arquivistas de nível inicial, posteriormente seguida por outras associações. Na faixa com mais de 10 SM temos 69 arquivistas, o que representa 17%; 161 deles, ou seja 32%, recebem até 5 SM, e 110 estão na faixa de 6-10 SM. Deixaram de informar a remuneração três dos arquivistas.

Gráfico 23 – Remuneração dos arquivistas



Fonte: Elaboração própria

Na análise de acordo com as entidades formadoras, percebe-se que a remuneração mais alta, 26-30 SM, corresponde aos profissionais da UFSM e da UnB. Na faixa salarial de mais de 10 SM englobam-se os graduados da UFSM, Uni-Rio, UFF, UnB, UFRGS e UEM. Os profissionais da UnB são os que apresentam diversidade nas faixas com mais de 10 SM. Situação similar ocorre na Uni-Rio, onde os homens recebem soldos maiores que as mulheres nas faixas com mais de 10 SM. Os homens também estão diante das mulheres nas faixas de 11-15, de 21-25 e de 26-30 SM.

Tabela 4 - Faixa salarial por Universidade e sexo

Faixa salarial/ Universidade	Uni-Rio		UFSM		UFF		UnB*		UEL		UFBA		UFRGS		UFES		Unesp	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 5 SM	12	15	4	15	8	21	9	22	3	6	9	12	6	3	5	9	1	1
6-10 SM	6	17	2	14	5	13	15	32	-	-	1	1	-	1	-	2	1	-
11-15 SM	6	3	1	2	2	3	11	9	-	-	-	-	1	1	-	-	1	-
16-20 SM	3	2	-	-	0	1	4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21-25 SM	1	0	-	-	0	2	4	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26-30 SM	-	-	0	2	-	-	1	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28	37	7	33	15	40	44	72	3	6	10	13	7	5	5	11	3	1

SM – Salário mínimo adotado no Brasil.

* Três dos respondentes deixaram de informar a faixa salarial.

Fonte: Elaboração própria

A faixa salarial mostra diferenças segundo as regiões do país. Os índices mais baixos, até 5 SM estão presentes na região sudeste, seguida da região sul, enquanto que a região centro-oeste apresenta maiores índices nos níveis de 6-10 SM. Com respeito aos índices com mais de 10 SM, o centro-oeste também registra os melhores salários na faixa de 11-15 SM, de 16-20 SM e de 21-25 SM. Além disso, as duas últimas faixas foram registradas também na região sudeste. Finalmente, a maior faixa, de 26-30 foi assinalada por dois arquivistas da região sul e um da região centro-oeste.

Tabela 5 - Faixa salarial por região do país

Faixa salarial/ Região do país	Sudeste		Sul		Nordeste		Centro-oeste*	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 5 SM	26	46	13	24	9	12	9	22
Total	72	37	21	31				
6-10 SM	12	32	2	15	1	1	15	32
Total	44	17	2	47				
11-15 SM	9	6	2	3	-	-	11	9
Total	15	5	-	20				
16-20 SM	3	3	-	-	-	-	4	6
Total	6	-	-	10				
21-25 SM	1	2	-	-	-	-	4	3
Total	3	-	-	7				
26-30 SM	-	-	0	2	-	-	1	0
Total	-	2	-	1				
Subtotal	51	89	17	44	10	13	44	72
Total geral	140	61	23	116				

SM – Salário mínimo adotado no Brasil.

* Três dos respondentes deixaram de informar a faixa salarial.

Fonte: Elaboração própria

Outra análise, relativa às instituições empregadoras, revelou que as “Outras Instituições Empregadoras”, (OIE), são as que pior remuneram as mulheres. Em todas as faixas salariais, os homens recebem melhor remuneração que as mulheres nas instituições públicas. A remuneração das mulheres possui oscilações e alguns empates técnicos. Na faixa de até 5 SM as OIE contribuem às mais baixas remunerações para 65 das mulheres. Os maiores índices da faixa de 6-10 SM correspondem a 54 das mulheres das “Instituições Empregadoras Privadas”, (IEPRI). Na faixa de 11-15 SM existem 22 mulheres pertencentes às “Instituições Empregadoras Públicas”, (IEPUB). O primeiro empate técnico detectamos na faixa 16-20 SM, onde sete mulheres recebem salário tanto da IEPUB como da IEPRI. As mulheres que estão incorporadas na faixa de 21-25 SM estão vinculadas à IEPRI. Por fim, temos outro empate técnico na faixa maior de 26-30 SM, na que estão as mulheres da IEPUB e da IEPRI.

Tabela 6 – Remuneração segundo a instituição empregadora e o sexo

Instituição/ Remuneração/ Sexo	Instituição	Até 5 SM	6 – 10 SM	11 – 15 SM	16 – 20 SM	21 – 25 SM	26 – 30 SM
M	IEPUB	27	21	17	7	4	2
	IEPRI	25	8	7	1	1	1
	OIE	9	2	-	1	-	-
F	IEPUB	57	30	22	7	4	2
	IEPRI	45	54	15	7	5	2
	OIE	65	24	5	3	1	-

Legenda: IEPUB – Instituição Empregadora Pública; IEPRI – Instituição Empregadora Privada; OIE – Outra Instituição Empregadora.

Fonte: Elaboração própria

Apesar de que na entrevista houve uma menor participação dos homens, a remuneração apresenta parâmetros equivalentes por sexos. Nos dois momentos tivemos empates técnicos dos homens com as mulheres. Na faixa de 16-20 SM, identificamos sete homens e sete mulheres nas IEPUB, além de sete mulheres nas IEPRI. Por último ocorreu o mesmo na faixa salarial maior, onde dois homens e duas mulheres indicaram receber esse valor nas IEPUB, assim como duas mulheres nas IEPRI.

Esses dados contrastam com a realidade do profissional nos primeiros anos de reconhecimento da profissão, ocasião em que os editais públicos para a incorporação do profissional eram inexistentes. Uma análise comparativa dos salários dos arquivistas dos *Archivos Nacionales de Latinoamérica*, apresentado em 1985 por Aurelio Tanodi, *La situación (status) de archivistas en relación con otros profesionales de información en la administración pública de América latina: un estudio RAMP*, indicou que os profissionais do Brasil recebiam, em 1984, os mais baixos salários, em torno de 90 US dólares. Os dados apresentados anteriormente

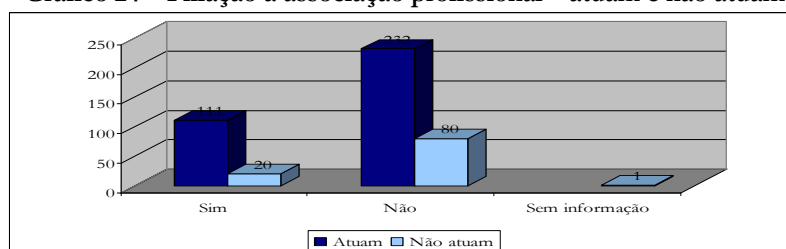
indicam que hoje o Estado além de legítimar, apresenta os melhores salários para os arquivistas.

2.11 O associacionismo e a filiação às associações profissionais

As associações revelaram pouca representatividade entre os profissionais, de acordo com a pesquisa. À exceção de um dos entrevistados que deixou de informar, constatamos que mais da metade dos titulados, 306, estão desvinculados do associacionismo e que existem somente 145 arquivistas filiados.

Segundo a situação laboral, 111 dos arquivistas incorporados ao mercado de trabalho participam do movimento associativo, um baixo índice, indicando 32% do total. As associações são pouco frequentadas pelos titulados que não exercem, considerando que somente 20 deles assinalaram estar filiados a alguma associação profissional, com uma porcentagem de 18%. Em complemento, um deles deixou de informar acerca da filiação.

Gráfico 24 – Filiação à associação profissional – atuam e não atuam



Fonte: Elaboração própria

Segundo o ano de formação, a maior participação no associacionismo pertence aos titulados mais recentes, 2006-2008, que, assim mesmo, apresentaram a maior quantidade dos que não são associados. Os profissionais de formação mais antigos, do período 1978-1981, são os que revelaram maior índice de afiliação ao movimento associativo. Quatro dos profissionais deixaram de informar a vinculação com o associacionismo.

Tabela 7 – Vinculação do associacionismo segundo o ano de formação

Ano de formação/ Vinculação com o associacionismo	Sim	Não
1978-1981	6	1
1982-1985	6	6
1986-1989	6	8
1990-1993	8	3
1994-1998	14	24
1999-2002	18	54
2003-2005	38	82
2006-2008	47	127
Total	143	305

Fonte: Elaboração própria

2.11.1 Afiliação às associações profissionais no Brasil

A vinculação às associações profissionais é muito dispersa. Dos 111 titulados que trabalham, o maior índice de afiliação procedeu da AARGS, com 24 profissionais, seguida da Abarq e a AAERJ, ambas com 17 arquivistas. Os titulados que não exercem apontaram a Abarq como a associação profissional representativa em cinco casos, com proximidade da AARGS, com quatro titulados. A maior representação de afiliações em conjunto registramos em quatro arquivistas vinculados à AAB e à ArqSP.

Tabela 8 - Vinculação do associacionismo segundo a atuação

Associação profissional/ atuação	Atuam	Não atuam
AAB	12	1
AAB, AAERJ	2	-
AAB, Abarq	3	-
AAB, ArqSP	4	-
AAB, ENARA	-	1
AABA	10	1
AAERJ	17	3
AAERJ, AAB, ArqSP	1	-
AAERJ, ENARA	3	-
AAG	1	-
AAG, AAB	2	-
AAPR	2	-
AARGS	24	4
AARGS, AAERJ	1	-
AARQES	8	1
AARQES, ENARA	-	1
Abarq	17	5
Abarq, ENARA	-	1
ArqSP	2	1
ENARA	2	1
Total	111	20

Legenda: ENARA- Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia; AABA – Associação dos Arquivistas da Bahia; AAG – Associação de Arquivologia do Estado de Goiás; AARQES – Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo; ArqSP – Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Fonte: Elaboração própria

A maior representação em uma das associações pertence aos profissionais procedentes da UFSM, com 14 mulheres associadas à AARGS. O movimento associativo está mais presente na Uni-Rio, com 13 homens e 15 mulheres que participam das associações. Os titulados da Unesp não estão vinculados às associações profissionais. Constatamos que a ausência de um órgão que represente a categoria possibilita o ingresso em mais de uma associação sem que ocorram divergências. Dois titulados deixaram de informar os dados necessários para incluir na tabela.

Tabela 9 – Associacionismo segundo a formação e o sexo

Cursos	Uni-Rio		UFSM		UFF		UnB		UEL		UFBA		UFRGS		UFES		Unesp	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
AAB	3	4	-	1	1	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAB, AAERJ	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAB, Abarq	1	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAB,	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-

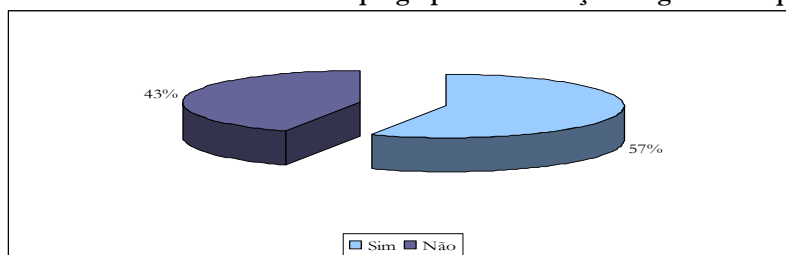
ArqSP																			
AAB, ENARA	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AABA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	6	-	-	-	-	-	-	-
AAERJ	7	7	-	-	3	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAERJ, AAB, ArqSP	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAERJ, ENARA	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
AAG	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAG, AAB	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AAPR	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AARGS	-	-	3	14	-	-	-	-	-	-	-	-	7	4	-	-	-	-	-
AARGS / AAERJ	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AARQES	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	4	-	-	-
AARQS / ENARA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
Abarq	-	-	-	-	-	1	10	11	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Abarq/ ENARA	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ArqSP	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENARA	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	13	15	3	16	5	14	11	15	2	1	5	7	7	4	7	4	-	-	-
	28		19		19		26		3		12		11		11				-

Fonte: Elaboração própria

2.11.2 Informes sobre propostas de emprego

Uma das atribuições das associações consiste na divulgação das propostas de empregos. Entretanto, qual é o papel desenvolvido pelas associações profissionais com respeito à difusão das propostas de emprego? Como o fazem? Quando o fazem? A divulgação dessas ofertas de trabalho é de responsabilidade das associações que utilizam suas páginas da *Web*. Constatamos que 57% dos 343 arquivistas que exercem receberam informação sobre vagas no mercado laboral, enquanto que um deles deixou de informar.

Gráfico 25 – Indicativo da oferta de emprego pelas associações segundo os que atuam



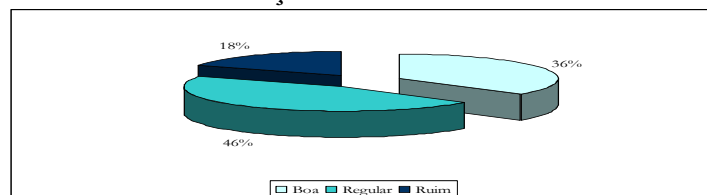
Fonte: Elaboração própria

Os 109 titulados que não trabalham na área indicaram que foram informados sobre ofertas de emprego em 48 casos, ou seja, 44%. Um deles deixou de informar. A maior parte deles, 55%, informou não ter recebido propostas de emprego, enquanto que 44% assinalou ter obtido informação sobre vagas para arquivista.

2.11.3 Valoração das ofertas de trabalho

Segundo 46% dos profissionais que exercem, as associações desenvolvem um trabalho regular com relação à divulgação das ofertas de emprego. A valoração “boa” obteve 36% das indicações e 18% a definiram como “ruim”.

Gráfico 26 – Valoração das ofertas de trabalho – atuam



Fonte: Elaboração própria

Entre os arquivistas que não trabalham a valoração sobre as ofertas de emprego foi “regular” com uma porcentagem de pouco mais da metade (51%), “boa” para 31% e “ruim” representado por 18%.

Considerações finais

Os resultados revelam que os 452 arquivistas que responderam a pesquisa estão distribuídos nas cinco regiões brasileiras ainda que concentrados no Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul. O perfil desenhado indica que a maioria dos 343 arquivistas pertencem ao sexo feminino, com 64% das mulheres na faixa etária pertencente ao grupo de 20-29 anos, com um tempo de formação de 3-5 anos e experiência em instituições públicas e uma faixa salarial de até 5 SM. Se o arquivista apresenta tradicionalmente uma vocação estatal ou pública podemos considerar que atualmente percebe-se uma notável participação em outros ambientes, com uma projeção significativa da abertura de outros espaços de trabalho que se concretiza com o índice de 37% nas instituições privadas e 9% em outros, sobretudo nas ONGs. O cargo ocupado recebe a denominação de Arquivista com 40 horas semanais de trabalho centrado, fundamentalmente, na gestão de documentos ainda que também exerça a docência.

Com respeito à formação, somente os cursos de Arquivologia da UEL e da UFES realizaram pesquisa sobre o mercado laboral para arquivistas antes da implantação dos cursos, o que demonstra uma correlação entre os espaços de formação e o mercado laboral.

Os resultados apontam novos desafios e novas direções dos graduados do curso já que a práxis arquivística tem extrapolado os limites da Lei nº 6.546, de 1978, que regulamenta a profissão. Desta maneira, o arquivista vem criando novos espaços de trabalho conforme verificado pela ampliação das ofertas apresentadas no mercado. As atividades do arquivista são

essenciais para toda organização e no mundo laboral espera-se que o profissional obtenha o mesmo reconhecimento, ou seja, um profissional indispensável.

Referencias bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Sinopse Estatística do Ensino Superior – 1990*. Brasília, ago. 1991.

BRASIL. Decreto nº 93.480 de 29 de outubro de 1986. Exige registro profissional para reclassificação e ingresso nas categorias funcionais do Grupo-Arquivo do Serviço Civil do Poder Executivo.

BRASIL. Lei 6.546, de 4 de julho de 1978. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

CABRERA, Alberto F. y otros. Encuestas a egresados: tres fundamentos conceptuales en el seguimiento de egresados universitarios. p. 55-80. In: VIDAL GARCÍA, Javier (Coord). **Métodos de análisis de la inserción laboral de los universitarios**. León: Universidad, Secretariado de Publicaciones y Medios Audiovisuales. 2003.

CARDOSO, Julio Cesar. “Entrevista con José Maria Jardim”. *Arquivística net*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan/jun. 2006. Fecha última consulta: 16, 10, 2009. Disponible en: www.arquivistica.net

ESPOSEL, José Pedro. *Entrevista concedida à Enara*. 04 jul. 2008. Disponible en: <http://www.enara.org.br/>

JARDIM, José Maria. “A Universidade e o ensino da arquivologia no Brasil”. En: *Congresso Brasileiro de Arquivologia*. (10º, São Paulo, 1992). (Primeira Sessão Plenária) [Fecha última consulta: 31,07, 2009. Disponible en: http://www.voy.com/19210/3/152.html](http://www.voy.com/19210/3/152.html)

JARDIM, José Maria. “La formación archivística reglada: algunas experiencias en la universidad dentro y fuera de España”. 2002, 11 p. [Disponible en: http://archivaldo.uc3m.es/seminario/revista_ria/numero_01/01_mesa1.htm](http://archivaldo.uc3m.es/seminario/revista_ria/numero_01/01_mesa1.htm)

LOPEZ, André Porto Ancona. “O ser e o estar arquivista no Brasil de hoje”. En: *Congresso Brasileiro de Arquivologia*. (15º, Goiânia, 2008). AAGO. jul. 2008.

MENNE-HARITZ, Angelika. “Formación en archivística: satisfaciendo las necesidades de la sociedad del siglo XXI”. *Foro Archivístico*, Mexico, n. 4, jul./dic. 1992. p. 57-74.

SOUZA, Katia Isabelli. “Mercado de trabalho para arquivista”. En: *Congresso Nacional de Arquivologia*. (1º, Brasília, nov. 2004). Abarç, 2004.

TANODI, Aurelio. *La situación (status) de archiveros en relación con otros profesionales de información en la administración pública de América Latina* : un estudio RAMP. Programa General de Información y UNISIST. Paris : Unesco, 1985. 74 p.